

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.246.936 - PR (2018/0030708-5)**

**RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE : VERILDO PILONETTO**  
**AGRAVANTE : VERILDO PILLONETTO JUNIOR**  
**ADVOGADO : RICARDO ANTÔNIO BALESTRA E OUTRO(S) - PR006911**  
**AGRAVADO : ÁPICE SOLUÇÕES FOMENTO MERCANTIL LTDA**  
**ADVOGADO : CARLOS TEODORO SOSTER E OUTRO(S) - PR013912**

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CAUSA DE PEDIR. ALTERAÇÃO APÓS IMPUGNAÇÃO AOS EMBARGOS DO DEVEDOR. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA ESTABILIDADE OBJETIVA. OCORRÊNCIA. ANÁLISE. REEXAME DE PROVAS. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A conclusão a que chegou o Tribunal de origem, no sentido de que houve ofensa, na sentença, ao princípio da estabilidade objetiva do processo, tendo em vista a alteração da causa de pedir, após a impugnação aos embargos do devedor, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos. Rever os fundamentos do acórdão recorrido importaria necessariamente no reexame de provas, o que é vedado nesta fase recursal. Incidência da Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator